

2017/05/22

Trump na NATO

Alexandre Reis Rodrigues

A NATO terá mais uma reunião no próximo dia 25, ao nível de chefes de estado e de governo. Nada tem transpirado sobre a respetiva agenda, mas há um tema fácil de adivinhar. Seria muito estranho se a administração americana deixasse de referir a elevação geral dos gastos com defesa para o patamar dos 2%.



Tillerson, chegou a dizer que esperava para esta reunião um compromisso inequívoco dos europeus, ou pelo menos a divulgação de planos concretos para lá chegar. Mattis na sua primeira deslocação à NATO deixou uma espécie de ultimato, lembrando que se os europeus não quiserem ver os EUA a moderar o seu apoio à Europa, então terão que fazer mais pela defesa coletiva.¹ Trump mudou o discurso sobre a NATO trocando a designação de "organização obsoleta" por "grande aliança", mas, infelizmente, o que diz não tem merecido a atenção e credibilidade que deveria ser dada às declarações de um presidente dos EUA. Em qualquer caso, não abandonou a "exigência" dos 2%.

O assunto não deixará de ser levantado. Só não se sabe como os europeus responderão. Poderão limitar-se a dizer que não estão a violar o compromisso assumido uma vez que permanecem dentro da data limite para o concretizar (2044). Poderão acrescentar uma nota mais positiva dizendo que além dos cinco países que já obedeciam ao critério, neste momento há mais quatro que estão a consolidar a mesma linha. Talvez anunciem a disponibilidade de contribuir com mais efetivos, por exemplo, para o Afeganistão e destacarão, por certo, a admissão do Montenegro como mais um estado-membro. Tudo junto pode ser o suficiente para permitir concluir que a reunião foi bem-sucedida, mas não chegará para colocar o relacionamento transatlântico numa base sólida.

Para garantir este objetivo – que é obviamente de grande interesse para os europeus – tem sido sugerido, nalguns setores, que será necessário reformular a questão do que cada um gasta em defesa. É de facto um critério errado porque parte do princípio que o insuficiente contributo europeu para a sua defesa coletiva tem apenas uma natureza financeira. Tem várias, como veremos.

Pode servir para fazer pressão, no entendimento dos EUA. Não serve para dar racionalidade e eficácia ao sistema de planeamento de defesa que os europeus precisam. Ignora que alguns países, apesar das promessas, não se vão aproximar brevemente – nem possivelmente mais tarde - da meta estabelecida, uns com razões compreensíveis, outros sem justificação razoável.

É um critério que assume que se todos chegassem a esse patamar ficava resolvida a questão. Não ficava porque essa medida, só por si, não garantiria qualquer alteração sensível do quadro de capacidades militares do coletivo europeu, que, como é sabido,

¹ Ver "O ultimato", artigo publicado no JDRI em 20 de fevereiro.

tem lacunas que o tornam excessivamente dependente dos EUA. Na verdade, totalmente dependente em algumas áreas. Por exemplo, a dos “*strategic enablers*” (recolha de *intelligence*, controlo do teatro de operações, reabastecimento em voo, satélites, veículos não tripulados de observação e armados, etc.).

Esta questão da dependência europeia não preocupa os EUA. Talvez antes pelo contrário. A Washington chega que os europeus contribuam mais. No entanto, deveria preocupar seriamente os europeus. Os que não têm visto o problema por este prisma têm agora pela frente e de forma muito clara, o aviso de Mattis de que os EUA se poderão ver confrontados com a decisão de moderar o seu apoio à Europa. Que pode querer dizer isto? Pode querer dizer, por exemplo, que em qualquer futura operação militar que os europeus precisem de desencadear (como foi o caso da Líbia) os EUA poderão não estar disponíveis para colocar à sua disposição os “*strategic enablers*” que a Europa não tem.

Volto, por isso, à questão de saber como deveriam os europeus responder ao desafio americano. Existem propostas concretas (uma delas da própria NATO) para a adoção de um critério mais elaborado, que faça melhor sentido entre os europeus e que responda, de forma útil, às pressões americanas.² Será a abordagem que a situação requer? Não me parece.

O que está por detrás destas propostas não é mais do que procurar uma forma alternativa de pressão sobre os europeus que sobreviva às críticas sobre o critério dos 2%. Antes de discutir o “*input*” (o quanto devem os europeus contribuir) deveria deixar-se claro qual é o “*output*” que se pretende (como devem os europeus contribuir). Gastar mais não é, obviamente, um propósito. Deve começar-se por definir quais são os objetivos a alcançar.

O assunto torna-se de dia para dia mais sério. Sven Biscop,³ vai ao ponto de dizer que o destino da NATO está nas mãos dos europeus, dependendo da resposta que a Europa der ao desafio americano. Depende disso, sem dúvida, mas – acrescentaria eu – depende também da forma como os americanos encaram o relacionamento da NATO com a União Europeia e o modo como as duas organizações se devem articular.

O que existe de entendimento entre as duas organizações está restrito ao campo operacional, em alguns assuntos muito concretos. Ao nível estratégico não há qualquer entendimento. Nem nenhuma ideia a ser estudada sobre que tipo de complementaridade entre as duas organizações deve ser acordada. Simplesmente porque os EUA não têm querido falar deste assunto.

Seja ou não credível – estou a partir do princípio que é – a União Europeia ao apresentar a sua Estratégia Global já colocou uma proposta concreta em cima da mesa, ao anunciar que pretende assumir a responsabilidade primária pela sua região.

«We will take responsibility foremost in Europe and its surrounding regions, while pursuing targeted engagements further afield.»

Aparentemente, melhor notícia para os EUA não seria possível. Vai ao encontro do que vêm insistindo desde a administração Obama e consta de forma clara da sua estratégia de segurança nacional. Temos aqui pelo menos um excelente ponto de partida para um debate sério sobre como esta visão pode ser concretizada.

O debate é necessário porque o que há a fazer depende das duas partes. Depende de os europeus investirem em capacidades estratégicas sem as quais não haverão intervenções militares no exterior, campo em que, como já dito acima, a dependência dos EUA é quase total. A decisão de criar um Fundo Europeu de Defesa parece-me

² Ver “*Abandon the 2 Percent Obsession: a new rating for pulling your weight in NATO*”, em “*War on the rocks*” (19 May), por Garret Martin e Balazs Martonfy.

³ “*How the EU can save Nato*”, *Security Policy Brief March 2017*, Egmont Royal Institute for International Relations.

sinalizar precisamente o início de um caminho mais determinado para combater a fragmentação dos orçamentos de defesa e, futuramente, para a aquisição de capacidades (os *strategic enablers*) que não estão ao alcance de nenhum país europeu isoladamente.

Depende dos americanos (e alguns países europeus pelo meio, Reino Unido em especial) em porem termo às reticências e desencorajamentos com que têm encarado qualquer duplicação de meios entre o que existe na NATO e o que deve existir na União Europeia. Logo a começar até pelo mais simples de tudo que seria a existência de um quartel general europeu, que a Alta Comissária garante poder ser posto a funcionar numa questão de dias.

Estarão os aliados dispostos, na reunião de 28 de maio, a mostrarem vontade de ver este assunto passar a fazer parte da NATO? Se não estiverem, a Aliança pode não conseguir sair, como seria desejável, do impasse em que se encontra. Veremos o que acontece daqui a dois dias.